e metroviárias, em nome do Sindicato dos Metroviários do Estado de São Paulo - que é a entidade legítima de representação dessa categoria.

E em nome do sindicato, a gente quer entregar uma homenagem para a presidenta do Sindicato dos Metroviários e das Metroviárias, Camila Lisboa, pelo seu exemplo, pela sua luta, e para que a gente possa, nesta assembleia aqui - onde tantas mentiras são ditas sobre o sindicato e sobre quem luta em defesa da população -, reconstruir a verdade.

Saiba que a luta que vocês estão fazendo, que o sindicato é vanguarda e que você tem a responsabilidade de liderar. É uma luta em defesa de toda a população e, por isso, merece todo o reconhecimento da Assembleia Legislativa, dos usuários e de todo o povo do estado de São Paulo.

Então, queria pedir uma grande salva de palmas para esta homenagem, em nome de todos os metroviários. (Palmas.)

Pessoal, estamos quase encerrando o nosso ato com esta homenagem. Quero registrar que, infelizmente, ainda não todos os dias que os metroviários e metroviárias são reconhecidos como eles merecem.

Mas, pelo menos no dia de hoje, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que representa o povo do estado de São Paulo, e consequentemente, a população do nosso estado homenageia, saúda e reverencia os metroviários e metroviárias deste estado pelo trabalho que fazem, mas, acima de tudo, pela sua luta em defesa da população.

Quero agradecer muito a responsável pelo Cerimonial, a Júlia, que ajudou a organizar toda essa nossa atividade. (Palmas.) Quero agradecer ao nosso mestre de cerimônias, Edson, que nos abrilhantou com a sua apresentação. (Palmas.)

Quero agradecer a todos os servidores públicos da Assembleia Legislativa, da Rede Alesp, que está transmitindo esta sessão, do som, da taquigrafia - até porque, como foi muito bem lembrado, ontem foi o Dia dos Metroviários, amanhã é o Dia dos Servidores Públicos, mas todo dia, os servidores e servidoras públicas do estado de São Paulo fazem esses serviços acontecerem.

Esgotado o objeto da presente sessão, eu agradeço às autoridades, à minha querida equipe do nosso mandato - que ajuda a organizar, com muita luta, esta atividade aqui, esta homenagem, para não passar batido -, aos funcionários do serviço de som, da taquigrafia, da fotografia, que desta audiência vocês não precisam se preocupar, porque vai ter as fotos mais bonitas possíveis, que a Rede Alesp providencia, e que a Joice e Camila, do nosso mandato, providenciam também.

Agradecer muito pela atenção do serviço de atas, do Cerimonial, da Secretaria Geral Parlamentar, da imprensa da Casa, da TV Alesp, das assessorias policiais, bem como de todos que, com as suas presenças, colaboraram para o pleno êxito desta solenidade.

Parabéns, e viva a luta dos metroviários e metroviárias de São Paulo.

Está encerrada esta sessão. (Palmas.)

* * *

- Encerra-se a sessão às 12 horas e 47 minutos.

* * *

4 DE DEZEMBRO DE 2023
54ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO

Secretaria: CARLOS CEZAR, AGENTE FEDERAL DANILO BALAS e GILMACI SANTOS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Abre a sessão.

2 - PAULO FIORILO

Solicita verificação de presença.

3 - ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum. Tece considerações regimentais sobre o comportamento do público nas galerias. Coloca em discussão o PL 1501/23.

4 - PROFESSORA BEBEL

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

5 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Informa que deve dar resposta à questão de ordem em momento oportuno.

6 - PAULO FIORILO

Discute o PL 1501/23.

7 - EDUARDO SUPLICY

Discute o PL 1501/23.

8 - PROFESSORA BEBEL

Solicita verificação de presença.

9 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.

10 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

11 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Informa que deve dar resposta à questão de ordem em momento oportuno.

12 - DR. JORGE DO CARMO

Discute o PL 1501/23.

13 - REIS

Para comunicação, faz pronunciamento.

14 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Discute o PL 1501/23.

15 - REIS

Discute o PL 1501/23.

16 - VINICIUS CAMARINHA

Para comunicação, faz pronunciamento.

17 - ANDRÉ DO PRADO

Cumprimenta Luiz Alfredo Dalben, prefeito de Sumaré, presente no plenário.

18 - ANDRÉA WERNER

Discute o PL 1501/23.

19 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA

Solicita verificação de presença.

20 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.

21 - RÔMULO FERNANDES

Discute o PL 1501/23.

22 - LECI BRANDÃO

Discute o PL 1501/23.

23 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Lembra sessão extraordinária a ser realizada, hoje, dez minutos após o término desta sessão. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. André do Prado.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Discussão e votação adiada do Projeto de lei nº 1501, de 2023, de autoria do Sr. Governador.

Com a palavra o deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Sr. Presidente, nós vamos entrar num debate tão importante, eu não vejo aqui a base do governo para acompanhar.

Então, eu quero pedir uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência.

Solicito ao deputado Carlos Cezar e ao deputado Agente Federal Danilo Balas para que façam a verificação de presença.

* * *

- É feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Por favor, deputado Carlos Cezar.

Vou já fazer a comunicação logo no início da discussão desse projeto e dizer a todos os que estão na galeria, nossos convidados, que fazem parte da nossa democracia, que esta Presidência vai, desde já, fazer um comunicado que todos os oradores inscritos para discutir terão seu direito de fala preservado.

Em todas as nossas comunicações, verificação de presença também, será respeitado o que está no Regimento. E comunico a todos os senhores que estão na galeria que, de acordo com o Art. 280, que quero ler aqui nosso Regimento Interno desta Casa, que os expectadores não poderão estar armados e deverão guardar silêncio, não lhes sendo lícito aplaudir, reprovar o que se passar no plenário.

Exatamente é do povo e o povo tem que cumprir o que está na democracia, no Regimento Interno. Então, desde já, se não cumprir o que está no Regimento Interno, infelizmente eu terei que usar o que está no Regimento e pedir para esvaziar a galeria, ou quem perturbar a ordem será convidado a se retirar.

Não quero fazer isso, não vou fazer isso. É um direito de vocês não concordarem com a privatização, mas aqui nesta Casa o debate será mantido, e desde o início são vocês que vão definir se vocês permanecerão na galeria ou não. Estou deixando bem claro desde o início, senão vocês terão que se manifestar fora da galeria e não acompanharão na galeria a discussão desse projeto.

Não estou aqui fazendo ameaças, estou aqui querendo deixar que o direito de todos seja garantido.

Eu espero, espero mesmo, porque se em algum momento eu perceber que a ordem não vai ser preservada, o que está no Regimento não será garantido, eu não terei nenhum problema em pedir, suspender esta sessão e pedir que a Polícia Militar esvazie a galeria.

Não quero fazer isso. Mais uma vez, não quero fazer isso. Eu quero que vocês permaneçam na galeria, acompanhando democraticamente, cumprindo o Regimento, acompanhando a nossa sessão, que está se iniciando agora, com a discussão desse projeto.

Com a palavra o deputado Carlos Cezar, para dar andamento à verificação de presença.

* * *

- Verificação de presença.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Constatado o quórum regimental, agradeço ao deputado Carlos Cezar e ao deputado Agente Federal Danilo Balas.

Em discussão. Para discutir a favor, não temos por enquanto. Para discutir contra, com a palavra o deputado Paulo Fiorilo.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Eu quero fazer uma questão de ordem por escrito.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Três minutos, Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Obrigada, Sr. Presidente.

Questão de ordem:

"Sr. Presidente, formulo a presente questão de ordem com a finalidade de obter de V. Exa. esclarecimentos acerca da aplicação do inciso I do Art. 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, neste momento em que se discute o PL 1501, de 2023, de autoria de S.Exa., o governador do estado de São Paulo.

Passo a explicar e desenvolver o questionamento que ora formulo:

O inciso I do Art. 18 do Regimento Interno afirma que o presidente da Casa decidirá soberanamente sobre as questões de ordem que lhe forem dirigidas.

Há questões de ordem que foram tratadas durante o trâmite da propositura, que podem influir no projeto de forma a tornar inútil todo o trabalho que a Alesp está desenvolvendo até o momento, como, por exemplo, que foi formulado sobre a postura que será adotada face ao fato de a propositura ser considerada inconstitucional.

É fato que o Regimento Interno estabelece o prazo para que V. Exa. decida e se manifeste sobre as questões de ordem. Contudo, há algumas dessas que são tão fundamentais ao processo legislativo que a demora em se pronunciar sobre essas pode tornar impossível que a propositura caminhe.

A questão de ordem que se formula, então, é a seguinte: até que as questões de ordem, Sr. Presidente, que digam respeito à impossibilidade de trâmite da propositura sejam respondidas, a propositura seguirá tramitando?

Formula-se essa questão de ordem por duas razões. A primeira é que o regimento interno não é suficientemente claro sobre esse particular assunto; e a segunda é para que seja esclarecido o que se fará se a questão de ordem for respondida de modo a indicar que realmente o PL 1501/23 não poderia ter tramitado, mas ele já estiver em ponto muito mais adiantado do que o que hoje se encontra?

E que, se tal hipótese acontecer, é mais do que evidente que a propositura estará imprestável desde o momento em que o vício aconteceu, restando claro que todo ato que acontece depois desse momento será nulo de pleno direito, devendo assim ser reconhecido, declarado e tomadas todas as medidas para sanar esse ato, Sr. Presidente."

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Acolho a questão de ordem da deputada Professora Bebel e será respondida oportunamente.

Com a palavra o deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quem nos acompanha aqui das assessorias, o público que veio acompanhar esse debate tão importante, quem nos acompanha também pela TV Alesp. Primeiro, Sr. Presidente, fazer um registro aqui. É interessante não ter nenhum deputado para falar, defendendo o projeto da privatização. Me deixou meio perplexo.

Espero até que o deputado Barros Munhoz, que é o relator, se inscreva para fazer a defesa desse projeto na hora certa. Espero que a hora certa chegue logo, porque é importante que a gente possa ouvi-lo.

Até porque eu acho correto o senhor ficar por último, porque quem sabe, e eu sei que não é responsabilidade do senhor, o senhor poderia tentar responder algumas questões que serão levantadas aqui e que o governo não respondeu, que a secretária não respondeu.

Eu não tenho aqui nenhuma dúvida de que o senhor também não vai responder. Mas não tem problema. Pelo respeito e pelo carinho que eu tenho pelo senhor, eu vou entender.

Nós iniciamos um debate aqui muito apressado, mas muito, deputado Rômulo. Primeiro, o governador traz um projeto e pede urgência. Ou seja, propõe 45 dias para ele tramitar e ser trazido para o plenário. Segundo, nós não tivemos oportunidade de aprofundar o debate, nem de conhecer todo o estudo que foi contratado.

A consultoria contratada apresentou só uma parte do estudo, a primeira. Esse projeto tem muitas lacunas, muitas. Eu vou perguntar ao relator: a Sabesp vai ficar com 15, com 20, com 25, com 30% das ações? Ninguém sabe, nem o relator.

As cláusulas que não podem ser mudadas, que propuseram para o projeto de lei, a tal da "golden share", são três: não mudar o nome da Sabesp, não mudar o endereço da Sabesp, e não mudar o objeto da Sabesp. É impressionante.

Queria saber por que não tem uma cláusula em que a Sabesp tem que dar de dividendos apenas 25%, como é hoje. Que, aliás, nós apresentamos aqui, como uma emenda de plenário.

Isso possibilita que 75% seja investido em obras, em saneamento, mas isso não está no projeto de lei, esqueceram de colocar, ou é melhor não colocar, como esqueceram várias outras coisas que eu vou trazer aqui para o debate.

Tem uma outra coisa que me incomoda muito, deputada Bebel, que é ouvir o tempo todo que esse projeto foi aprovado nas urnas. Isso não é verdade. O governador se esquivou do debate eleitoral e não colocou no programa de governo, já dito aqui.

Nós precisamos deixar claro isso, é um estelionato eleitoral, porque o governador não defendeu. Ele teve medo de defender na campanha, porque deve ter avaliado nas pesquisas que ia perder e recuou. Agora, ao contrário, traz o projeto com urgência, sem a possibilidade de um amplo debate.

Nós tivemos uma audiência pública - uma - e uma segunda promovida pela frente do deputado Emídio, o que foi insuficiente. Mas, possivelmente, para os deputados e deputadas aqui, só uma audiência pública, um projeto de urgência, a ausência de um estudo com uma profundidade necessária, são o suficiente.

Aí, deputado Cachorrão, eu me pergunto, o que será que convenceu cada um dos deputados e deputadas? O que será que moveu os deputados desta Casa a serem favoráveis? A ter, em uma segunda-feira, 24, 25, 26 deputados aqui, nesta Casa?

Essa é uma pergunta que nem o relator pode responder, quem sabe o líder do Governo - quem sabe. Ou, quem sabe, cada um dos deputados e deputadas que estão aqui, que passaram horas dialogando com o governador.

A responsabilidade de vocês é grande, para os que são candidatos a prefeito, para os que não são, aos que vão ter que responder para a sociedade porque resolveram entregar a empresa mais lucrativa do estado dessa forma, sem a gente ter clareza de todas as questões que estão obscuras.

Então, eu queria deixar aos deputados e deputadas esse primeiro desafio. Como o relator não pode responder, os deputados e deputadas deveriam responder como foi a conversa com o governador. Qual foi a proposta do governador para convencer os deputados e deputadas?

Dizem que Jesus, para os que são evangélicos, católicos, assim como eu, foi vendido por Judas por parcas 20 moedas. Se não foram 20, agora serão. Aqui vai ser 20. Aqui serão 20 moedas. Eu acho que 20 é um número bom, redondo, dá para dividir. É inacreditável. Vocês não podem, não devem vender uma empresa como essa, que é lucrativa, por 20 moedas. É muito pouco.

Segundo, é uma empresa que é lucrativa, três bilhões de lucro por ano, que investe cinco bilhões de reais por ano. Uma empresa altamente rentável, que todo estado gostaria de ter.

Aqui, como já disseram outros deputados, nós dissemos isso em outros debates, não é uma questão de ser a favor ou contra a privatização, mas nós estamos falando de uma empresa que é importante para o estado, que dá lucro.

O que o estado está propondo nesse projeto? Quando privatizar, quando vender as ações e a Sabesp ficar como minoritária, o estado vai usar um fundo para garantir a tarifa, para não aumentar a tarifa.

Agora, vírgula, não aumentar a tarifa de quem? Tem 500 mil moradias que poderão ter aumento, porque estão em uma faixa que não é de vulnerabilidade, mas que é de quem está cadastrado no CadÚnico, ou quem está na tarifa social. Isso ninguém fala.

Quem colocar o dedo aprovando esse projeto, está colocando o dedo no bolso de muita gente que vai ter que pagar mais. Esse é o grande problema que nós estamos discutindo e que precisa ser enfrentado.

Agora, eu quero aproveitar, para poder dialogar com alguns deputados e deputadas de algumas regiões do estado, em especial, da região de Jales. Eu acabei de receber - pedir para a técnica colocar aqui - essa moção aprovada em Jales contra a privatização da Sabesp.

Em Jales, vários deputados e deputadas dialogam com aquela cidade, tem voto naquela cidade - deputado Carlão, deputada Analice e outros deputados. Todos os vereadores, inclusive aqueles que apoiaram os deputados que estão aqui, votaram contra a privatização da Sabesp. Contra!

Eu estou dando um exemplo das várias outras câmaras municipais que fizeram a mesma coisa. A pergunta é: esses vereadores têm aqui neste parlamento a representação que, na campanha, disseram que teriam? Deputada Thainara, que é de Araraquara, e sabe a importância da câmara, porque foi vereadora.

Quando os vereadores se reúnem, e votam uma moção, dizendo "não" à privatização da Sabesp, e os seus deputados, aqueles que eles apoiaram, dão de costas, dão de ombros, é inadmissível.

Mas eu quero aproveitar o final do meu tempo para trazer... Aí estão as assinaturas. Mas para trazer a segunda questão. E acho essa muito mais relevante. Aliás, eu queria que pudesse ter uma atenção redobrada, inclusive dos deputados que se preocupam com a economia do estado. Tem um mapa, que eu queria apresentar para vocês. Aliás, eu vou trazer todas as informações.

Eu tive a oportunidade de dialogar com o presidente desta Casa sobre uma questão que eu considero importante, e que está sendo discutida na COP, que são os créditos oriundos do ativo ambiental. A Sabesp tem 33 mil hectares de mata nativa. Não estou falando, nem da área protegida, nem de mananciais. Estou falando de Mata Atlântica.

Você consegue subir ele, ou não? É isso que eu queria. As áreas avaliadas, o estoque ambiental, essa é uma análise feita pela BMV Global, que apresenta a possibilidade da utilização de selo de certificação AUCS. É um ativo ambiental que vai muito além do crédito de carbono, uma vez que compensa a pegada ecológica de uma forma mais abrangente.

Cada UCS conserva, estoca, evita a emissão de uma tonelada de CO_2. Bem como possui mais de 26 benefícios ambientais incorporados, além de facultar, aos seus adquirentes, certificarem-se com um Selo de Sustentabilidade Tesouro Verde, que confere a certificação de práticas da ESG em suas marcas, operações e produtos. Deputado Barros Munhoz, nós estamos falando de um ativo de 3,3 bilhões por ano.

Deputado Barros Munhoz, eu queria perguntar ao senhor, que foi relator. Em algum momento da relatoria, da audiência pública, nós discutimos esse ativo da Sabesp?

Nós discutimos com quem vai ficar 3,3 bilhões de reais por ano? Não! Sabem por quê? Porque não foi precificado, porque não colocaram nem no projeto de lei. Querem entregar, para a iniciativa privada, também para fazer parte do ativo da empresa? Coloque. Mas diga lá: uma parte desse ativo, 70% ou 80%, será do estado.

Não tem absolutamente nada. Eu disse aqui, falei com o presidente da Casa. Eu disse a ele que esta Casa poderia produzir uma emenda aglutinativa para produzir um erro crasso.

Falei com a secretária, passei a ela os estudos. Aliás, tem um estudo aqui comigo que faz referência a esta possibilidade de uso das unidades de crédito de sustentabilidade. Nós não estamos falando de pouco dinheiro, deputado Barros Munhoz.

São 3,3 bilhões, deputado Cachorrão, que é o valor que a Sabesp tem de lucro por ano. Sabem qual é o trabalho que precisa ter? A proteção daquela área, dos 33 mil hectares. A proteção, a Sabesp já faz. Agora eu quero perguntar para vocês. Nós vamos entregar mais 3,3 bilhões, sem ter sido precificado, para a iniciativa privada, para os acionistas?

Sem dizer que esse dinheiro tem que ser usado para o estado, para investir em obras necessárias. É disso que nós estamos falando. E nós vamos fazer cara de paisagem: 3,3 bilhões não existem. Se apropriarão desses recursos aqueles que vão comprar as ações da empresa.

A secretária disse que está preocupada - e com razão - com a questão dos mananciais, que as prefeituras têm entrado com ações, e têm perdido. Ela quer corrigir isso. Possivelmente, vai corrigir nos anexos. Agora, essa situação, na minha humilde opinião, é que não cabe resolver nos anexos. Não cabe.

Nós temos a oportunidade de trazer ao estado mais três bilhões de recursos e nós estamos dizendo "não". Aliás, eu não sou especialista em crédito de carbono, em unidades de sustentabilidade. Eu não sou. Quem é, é quem escreveu.

Aliás, a gente podia olhar o que está acontecendo na COP. Esse debate foi feito lá. Aliás, dois grandes debates: o do fundo e o da utilização desses recursos para as matas, para as áreas de proteção que estão em pé, que tem para além do crédito de carbono. Nós estamos deixando isso passar aqui, na nossa frente, como se não existisse.

Então, eu quero insistir: nós podemos mudar essa situação. Tem uma possibilidade. Eu disse isso ao presidente. Sessenta e três assinaturas de líderes poderiam construir uma emenda aglutinativa. Eu não estou propondo isso para postergar a votação, não estou propondo isso para obstruir. De jeito nenhum.

Estou perguntando ao deputado Leo, que se preocupa com as finanças do estado, se o estado precisa ou não, quer ou não mais três bilhões para investimento. É uma pergunta básica, basilar, primeiro ano, se a gente responde "sim" ou se a gente responde "não", mas parece que o estado não se preocupou com isso.

Aliás, sabe por que não se preocupou? Porque no congresso de comissões, a comissão responsável por discutir isso não foi convocada. Aliás, foi pedido que participasse, mas não teve nenhum aceno à possibilidade.

A gente teve só três comissões, que se preocuparam, obviamente, com outras questões. Eu estou falando desse ativo, mas e os outros? E os outros ativos que a Sabesp tem? Nós vamos deixar passar batido?

Então, Sr. Presidente, aqui estou deixando um alerta, porque não acredito que 20 moedas possam dar conta de três bilhões. Não acredito. Não acredito e tenho certeza de que os deputados e deputadas desta Casa não permitirão isso.

Eu acho que aqui a gente ainda tem uma oportunidade única, que é uma emenda aglutinativa para colocar no projeto de lei, dizendo: "Os ativos, ou os recursos amealhados com os ativos ambientais serão utilizados na sua totalidade, ou em 'X' por cento, para investimentos do estado".

Esse é o grande desafio, até porque, deputada Bebel, com esse dinheiro, não precisaria tirar os dez bilhões da Educação. Teria mais três bilhões e a gente poderia tirar dinheiro também da desoneração do ICMS, para não ter problema.

Então, eu queria deixar, Sr. Presidente, esse alerta e pedir a serenidade e a capacidade de reflexão dos deputados para que apresentem a emenda aglutinativa para a gente salvar três bilhões e não ficar com os investidores.

Muito obrigado. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Com a palavra, para discutir contra, o deputado Eduardo Suplicy. (Manifestação nas galerias.)

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente André do Prado, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu gostaria de fazer, primeiramente, uma reflexão sobre o plebiscito.

Neste domingo, aconteceu um plebiscito que me parece estranho. A população da Venezuela foi perguntada se quer ou não que seja estendida, como território da Venezuela, uma área do tamanho do estado do Acre que pertence à Guiana, para se tornar Venezuela, mas os moradores daquela área da Guiana não foram objeto do plesbicito.

Acho que seria adequado, se é para haver uma decisão plebiscitária, que a população da própria Guiana pudesse responder se querem ou não se tornar venezuelanos.

Mas aqui seria adequado, em uma decisão tão importante quanto a privatização da Sabesp, a empresa que tem responsabilidade por algo tão significativo quanto a água, o saneamento, o esgoto, eventuais trabalhos para evitar inundações em São Paulo, que poderão ocorrer agora neste verão.

Seria muito adequado que a população toda do estado de São Paulo, mais de 40 milhões, ou pelo menos os eleitores, mais de 20 milhões, pudessem dizer "sim" ou "não", se são a favor da privatização, ou que continue a Sabesp sendo administrada pelo estado, como, aliás, prevê a Constituição do Estado de São Paulo.

Soa um tanto estranho que o governo Tarcísio e a própria base de apoio aqui, conscientes de que na Constituição do Estado está escrito que a Sabesp deve ser uma empresa pública, que através apenas de um projeto de lei queiram que ela se torne privatizada.

Então, são argumentos que me levam a pensar: "ah, puxa vida, se o governador Tarcísio quisesse efetivamente tomar uma decisão com maior respeito à democracia, à vontade da população de São Paulo, que então se permitisse a todos nós".

A vocês que estão aqui presentes hoje, assistindo o nosso debate e a decisão, que todos vocês, nós também os deputados, mais os jornalistas e os policiais militares, os que trabalham em todo e qualquer lugar do estado de São Paulo, e depois de um debate muito esclarecedor, onde teriam direito de falar por todo o estado de São Paulo os que defendem a privatização, mais aqueles, como nós, da oposição, que somos contrários, mas nós estaríamos percorrendo o estado de São Paulo em debate - não é, Emídio, como você até organizou muitos - em que todos os argumentos seriam colocados, e aí sim, se o governador conseguisse persuadir a toda a população, nós da oposição naturalmente iríamos respeitar esta decisão.

Isso é que seria lógico acontecer, mas não é propriamente o que está acontecendo. Os representantes dos movimentos sociais, trabalhadores do setor de saneamento, lideranças políticas, no último dia 16 de novembro aqui na Assembleia, nós debatemos o PL 1.501, de 2023, do governador Tarcísio, que trata da privatização da Sabesp, que é a maior empresa de saneamento do Brasil.

Naquela ocasião, o deputado Emídio de Souza, coordenador da Frente Parlamentar Contra a Privatização da Sabesp, marcou o posicionamento da bancada da Federação PT/PCdoB/PV, contra o projeto de venda da companhia de saneamento, questionando os principais argumentos do governo para privatizar uma empresa lucrativa e eficiente, e acredito que seja